

Análise aos documentos previsionais apresentados pelo Executivo Camarário

Foi-me solicitado que emitisse o meu parecer técnico sobre os documentos previsionais (Orçamento, P.P.I., Grandes Opções do Plano e Actividades mais relevantes, tudo para o ano de 2006) apresentados pelo actual Executivo Camarário na Sessão de Câmara de 14 de Dezembro de 2005.

Sem pretender ter a veleidade de apresentar uma análise exaustiva, até porque não me é possível esclarecer as dúvidas que algumas rubricas me suscitam, apesar de os documentos deverem ser públicos, não posso deixar de tecer alguns comentários aos mesmos, partindo sempre do princípio de que as obras neles plasmadas, não passam de um glossário de intenções, cuja execução só será possível de avaliar e no que ao ano de 2006 se refere, com a prestação de contas em 2007. Já as acções previstas para o resto do mandato, diferidas pelos anos de 2007, 2008 e 2009, a ver vamos, passado que for este lapso de tempo. E de boas intenções...

Centremos a nossa atenção no "Orçamento para o ano de 2006" e concomitantemente faremos algumas incursões sobre os restantes documentos, já que se complementam.

Numa primeira análise e comparativamente a 2005, verificamos que a previsão para a "Receita Corrente" diminui 450.000,00 Euros. Como disse o Sr. Presidente na apresentação daqueles documentos, trata-se de um orçamento de rigor. Outra coisa não seria de esperar porque terá de ser forçosamente o reflexo do rigor que se vive no País.

Mas então porque artes mágicas nas Receitas e no que aos Impostos Directos a arrecadar pela Autarquia, a previsão de cobrança dos Impostos sobre as Famílias (Imposto Municipal sobre Imóveis com um aumento de 167%, Imposto Municipal sobre Veículos com um aumento de 100% e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis com um aumento de 117%) aumenta em 830.000 Euros? Será que a crise não atinge as famílias só o Estado e Autarquias Locais? Ou será apenas ficção, só porque as Receitas e as Despesas orçamentadas têm de estar equilibradas?

Não deixa pois de ser um contra-senso este aumento desmesurado daquelas receitas, até porque as taxas a cobrar por loteamentos e obras se mantêm quase iguais ao ano transacto. Ou será apenas para respeitar a regra imposta pelo POCAL de que a Receita Corrente prevista tem de ser superior à Despesa Corrente?

No total e comparativamente com 2005, prevê-se uma quebra da Receita Corrente na ordem dos 450.000,00 Euros e como o aumento dos Impostos sobre as famílias não passa de ficção, é sinal de que cerca de 1.300.000,00 de Despesa Corrente irá ficar por pagar. Sim, porque as transferências correntes do Estado (4.051.000,00 Euros), não dão sequer para pagar as Despesas com o Pessoal (4.885.900,00 Euros), verificando-se um défice de 834.900,00 Euros. Atentem na verba escriturada como aumento de impostos sobre as famílias!

Terão de apreender este princípio basilar de um Orçamento. A nível de Despesas, não convém "inventar",

serão o mais próximo possível da realidade. A nível de "Receitas" inventa-se para encontrar o tal equilíbrio.

Passemos agora às "Receitas de Capital". Nesta rubrica está prevista uma verba de 18.500.000,00 Euros, e na minha análise cerca de 56% da mesma é "virtual". E porquê? Porque o executivo parte do pressuposto ou do princípio de que a Câmara vai realizar vendas às famílias (terrenos) na ordem dos 7.000.000,00 Euros, ou seja 38% dessa receita e que com a venda por exemplo do Edifício do Tribunal e de outros edifícios camarários a Instituições Estatais irá arrecadar 3.314.760,00 Euros, ou seja 18% das receitas previstas. Sabendo todos nós que o Estado está a alienar património, para combater o défice, por que carga de água vai efectuar aquisições à Câmara de Mangualde? Isto em tempo de contenção e sabendo alguns de nós que a política da Câmara é a de dar e não vender (recordemo-nos dos edifícios das escolas que foram encerradas). E já me ia esquecendo de valores residuais que constam desta rubrica. Também se prevê alienar património a particulares, logo às famílias, edifícios (?) no valor de 200.000,00 Euros. Que edifícios? Em que condições de habitabilidade? A que preço? Será o Bairro Camarário ou o Bairro "Social" das Colónias?

Depois destas verbas virtuais o que nos sobra afinal?

| Valor em Euros | Origem | % da Receita Prevista |
|----------------|--------------------------------|-----------------------|
| 4.000.000,00 | Transferência do Estado | 21% |
| 2.400.000,00 | Fundos Comunitários | 13% |
| 1.000.000,00 | Empréstimos Bancários (M.L.P.) | 1% |

Temos pois que da receita previsional inscrita, apenas 35% serão eventualmente credíveis, isto é, que poderá vir a ser concretizada. O resto é virtual.

Qual a alternativa para a "Despesa de Capital" inscrita como a realizar, a contar com o grosso da receita virtual? Realizá-la e não a pagar, o que na melhor das hipóteses vai duplicar a já por si elevada dívida da Autarquia isto é, contemos com mais 11.600.000,00 Euros, dívida que será suportada não por mais empréstimos bancários, logo pela Autarquia, pois a Banca não é a Santa Casa da Misericórdia, mas pelos Fornecedores.

É óbvio que se a obra inscrita fosse hipoteticamente realizada no seu todo, a população ficaria servida mas a que custos para o futuro e de quem? Dos empresários, seus funcionários e famílias? É esta a preocupação social do Executivo pelos mais pobres e desfavorecidos da sorte? Ou se Deus quiser, a dívida será paga.

A "Despesa com o Pessoal" inscrita no Orçamento sofre um aumento de 300.000,00 Euros dos quais 100.000,00 Euros poderão ser imputados ao aumento da Taxa Social. Mas fica a dúvida se os Prestadores de Serviços (recibos verdes) estão incluídos nesta rubrica. Se o estão, o que duvido, no mínimo tecnicamente estão mal. De salientar ainda que a "Despesa com o Pessoal" (4.900.000,00 Euros), representa 50% das Despesas de Funcionamento.

A política de investimento da Câmara aposta clara-

